



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 66/XI/ 2.ª SL

Aos 18 dias do mês de Fevereiro de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, conjuntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças e a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia, na Sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

Audiência conjunta com as Comissões de Orçamento e Finanças e Assuntos Económicos, Inovação e Energia, a S. Ex.ª o Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek.

O Sr. Presidente, Deputado Vitalino Canas, deu as boas-vindas ao Sr. Presidente do PE, referindo o trabalho desenvolvido pela AR em relação ao escrutínio das iniciativas europeias e a participação no diálogo político com as instituições europeias. Referiu também o processo em curso de alteração ao Tratado de Lisboa, lamentando a ausência de possibilidade de intervenção dos Parlamentos nacionais (PN) nesse processo. Por fim, relevou a cooperação entre os Parlamentos nacionais e o PE, sobretudo na sequência da implementação do Tratado de Lisboa.

O Sr. Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Mota Pinto, regozijou-se da presença do Sr. Presidente do PE na AR e salientou o papel dos PN e do PE em matéria de orçamento e finanças, de interesse comum a ambas as instituições e que, por isso, tem sido objecto de encontros entre os parlamentares das duas instituições.

O Sr. Presidente do PE destacou a importância da participação do PE e dos PN no processo de construção da União Europeia, aumentando o grau de democraticidade da legislação produzida por ambas as instituições e salientou o facto de, pela primeira vez, os PN serem co-responsáveis pela legislação aprovada ao nível europeu. Referiu existirem inúmeras plataformas de encontro e de debate entre o PE e os PN, como a Conferência de Presidentes dos Parlamentos da UE, a COSAC, as Conferências entre os Presidentes das Comissões organizadas pelos PN que exercem a Presidência da

UE, as reuniões interparlamentares dedicadas ao debate de matérias de interesse comum, etc. Referiu duas questões que considerou de prioridade estratégica, a concretização da política de vizinhança da UE, nomeadamente face aos recentes acontecimentos no Norte de África, e o trabalho que importaria desenvolver com vista a uma verdadeira Comunidade Europeia de Energia. Foi ainda abordada a questão da crise e a necessidade da economia europeia conseguir garantir um aumento de competitividade, traduzida em mais emprego e crescimento; a necessidade de se desenvolverem as políticas europeias de energia, transportes, de coesão e o mercado interno; bem como a estratégia para o crescimento, emprego e inovação - Estratégia Europa 2020 – o pacote legislativo sobre a governação económica e a questão do novo modelo financiamento do orçamento europeu, questões que o PE se encontrava a acompanhar, nomeadamente através das comissões CRIS (Comissão para a Crise Financeira, Económica e Social) e SURE (Comissão Especial sobre os Desafios Políticos e os Recursos Orçamentais para uma União Europeia Sustentável após 2013). Referiu a necessidade, em cada Estado-Membro, de fortes coligações de apoio para a adopção de medidas de austeridade e para a concretização de reformas estruturais e salientou a importância do papel dos PN neste processo. Afirmou ser tempo de cooperação e união no seio da União Europeia, sobretudo com vista ao reforço da governação económica entre os países da zona euro, por forma a prevenir a repetição de crises financeiras. Recordou os vinte e cinco anos da participação de Portugal na UE, sublinhando o desenvolvimento do país durante esse período. Por fim, referiu que Portugal não se encontrava sozinho na gestão das suas dificuldades, expressando uma mensagem de solidariedade e de confiança por parte da UE, e desejou boa sorte ao país.

O Sr. Presidente da CAE assinalou e saudou a presença dos Srs. Deputados ao PE, Mário David (PPE) e Paulo Rangel (PPE) no debate.

Seguiu-se uma fase de debate, no qual participaram os Senhores Deputados Carlos Costa Neves (PSD), que salientou a necessidade de uma aproximação entre o PE e os PN, sobretudo na sequência dos ajustamentos institucionais decorrentes da aplicação do Tratado de Lisboa, referiu a forma pouco institucional como surgiu a ideia do pacto para a competitividade, salientando a perda de poder da Comissão Europeia e recordou que as perspectivas para o orçamento da UE não acompanhavam as ambições que o Tratado lhe atribuía, sobretudo em matéria de política agrícola, política de coesão e serviço europeu de acção externa; Assunção Cristas (CDS-PP), que expressou a sua preocupação em relação à questão demográfica e, conseqüentemente, sobre a revisão da idade de reforma na UE e a necessidade de políticas de apoio à natalidade e à família na Europa; António Gameiro (PS), que salientou a necessidade do PE e dos PN trabalharem sob a base de uma maior interligação e apelou a que o PE desenvolvesse uma política de maior proximidade

qualitativa com os PN, nomeadamente no âmbito da COSAC e, por fim, sublinhou o papel dos PN na pronúncia sobre o “semestre europeu”, sobretudo tendo em conta a intervenção do Conselho Europeu neste processo; e José Gusmão (BE), que constatou o reforço aparente do papel dos PN, do PE e da Comissão Europeia no Tratado de Lisboa, principalmente na sequência do exercício efectivo dos poderes do Conselho Europeu e de alguns Estados-Membros desde a entrada em vigor do Tratado, citando, como exemplo, a proposta de pacto de competitividade e o “pacote de governação económica”, referindo o diminuto papel dos PN e do PE na definição destas propostas. Por fim, apelou a que a UE tomasse como seus os problemas das suas partes e expressasse a sua solidariedade através de políticas de ajuda concretas.

O Sr. Presidente do PE retorquiu, reconhecendo o poder dos Estados-Membros na arquitectura institucional da UE, recordando, porém, que a governação económica poderia ter-se realizado apenas ao nível intergovernamental, com base democrática, tendo-se, contudo, optado pela via comunitária. Constatou a dificuldade diária no preenchimento dos espaços em branco do Tratado de Lisboa, ficando a cada instituição a tentativa de colmatar esses vazios de poder instituído. Expressou a sua preocupação em relação à necessidade de uma maior integração social nos vários Estados-Membros e, conseqüentemente, de um amplo combate a movimentos nacionalistas e proteccionistas, característicos de momentos de crise. Por fim, recordou o dever de honestidade perante os cidadãos, no sentido de lhes comunicar a impossibilidade, mesmo com maior um crescimento económico, de sustentar o modelo social europeu quando a idade da reforma se situa nos 65 anos e a esperança média de vida vai até aos 85 anos de idade, associada ao decréscimo da taxa de natalidade.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e transmitida no Canal Parlamento, encontrando-se o respectivo registo vídeo disponível para consulta na página Internet do Parlamento.

A reunião foi encerrada às 10:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de Março de 2011.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Couto
António Gameiro
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cecília Honório
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
Luís Rodrigues
Luísa Roseira
Paulo Pisco
Pedro Brandão Rodrigues
Pedro Duarte
Sérgio Sousa Pinto
Vânia Jesus
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Ribeiro

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados: